

INVISIBILIDADE E CIDADANIA: COMO UMA
INTERPRETAÇÃO DEMOCRÁTICA DA CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA PODE AJUDAR NA LUTA PELO
RECONHECIMENTO DO DIREITO AO VOTO DE
PRESOS E CONDENADOS CRIMINAIS

*INVISIBILITY AND CITIZENSHIP: HOW A
DEMOCRATIC INTERPRETATION OF THE
BRAZILIAN CONSTITUTION CAN HELP IN THE
STRUGGLE FOR RECOGNITION OF PRISONERS
AND CONVICTED FELONS' VOTING RIGHTS*

GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS¹

Faculdade de Direito de Vitória, FDV, Brasil.
gabrielsqcampos@gmail.com

ADRIANO SANT'ANA PEDRA²

Faculdade de Direito de Vitória, FDV, Brasil.
adrianopedra@fdv.br

DOI: [10.5281/zenodo.17486985].

-
1. Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Mestre em Criminologia e Justiça Criminal (Universidade de Oxford). Procurador da República.
Currículo Lattes: [http://lattes.cnpq.br/9493693459382613].
ORCID: [https://orcid.org/0000-0002-9244-157X].
E-mail: gabrielsqcampos@gmail.com
 2. Doutor em Direito do Estado (PUC-SP). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Vitória. Procurador Federal.
Currículo Lattes: [http://lattes.cnpq.br/0637600349096702].
ORCID: [https://orcid.org/0000-0002-8174-9122].
E-mail: adrianopedra@fdv.br

ÁREA DO DIREITO: Constitucional; Penal; Eleitoral

RESUMO: Em inúmeros países, como o Brasil, as constituições parecem restringir o direito ao voto de presos e condenados criminais, com sua exclusão temporária do corpo de eleitores. No presente estudo, investigamos, com base na "teoria do reconhecimento" de Axel Honneth, a condição de invisibilidade social vivenciada por eles, buscando compreender como experiências subjetivas de ausência de reconhecimento e desrespeito podem motivar, psiquicamente, uma luta por mudanças sociais. Reconhecendo, entretanto, as dificuldades enfrentadas por tal grupo social, o presente estudo procura desenvolver uma interpretação constitucional evolutiva, apoiada na "metódica estruturante" de Friedrich Müller, que auxilie na luta pelo reconhecimento do direito de voto dos condenados criminais no Brasil. Para tanto, são definidos o programa e o âmbito normativo do art. 15 da Constituição de 1988, de modo que sua concretização vá além do mero texto (elemento linguístico), para agregar à análise uma leitura sistemática de outros dispositivos constitucionais, além de dados importantes da realidade brasileira (elemento empírico), relacionados ao significado social, e não exclusivamente jurídico, de cidadania, bem como sobre o crescimento vertiginoso, nas últimas décadas, da população carcerária no Brasil, refletindo em um número progressivamente maior de pessoas excluídas do exercício da cidadania por força de condenação criminal. Trata-se, portanto, de estudo multidisciplinar, que oferece *inputs* do Direito Constitucional e da Sociologia à análise criminológica do problema da cidadania dos condenados criminais.

PALAVRAS-CHAVE: Voto; Condenação criminal; Invisibilidade social; Cidadania; Interpretação constitucional.

ABSTRACT: In many countries, such as Brazil, constitutions seem to restrict the right to vote for prisoners and convicted felons, excluding them from the electorate, in some cases permanently. Building on Axel Honneth's 'recognition theory', our study analyses the social invisibility experienced by people who lose their voting rights due to the conviction of a criminal offense. It sets out to explore how subjective experiences of lack of recognition and disrespect can psychologically motivate a struggle for social change. Taking Brazil's constitution as an example, we propose an evolving constitutional interpretation, based on Friedrich Müller's 'structuring legal theory' (*Strukturierende Rechtslehre*). Therefore, we examine the two central components of Article 15 of Brazil's constitution, according to Müller: the norm-programme and the normative domain. By doing so, we are able to methodologically move from the text (linguistic element) to the norm, enriching the constitutional interpretation by adding both a systemic reading of other constitutional provisions and some relevant empirical data related to the Brazilian society (factual element). A comprehensive social meaning of citizenship, not exclusively a legal one, will be then considered, as well as the vertiginous growth of the prison population in Brazil over the last decades, reflecting in a progressively larger number of people excluded from the exercise of the citizenship by virtue of a criminal conviction. Thus, the study offers a multidisciplinary approach to the issue of prisoners and convicted felons' citizenship, bringing together inputs from Constitutional Law, Sociology and Criminology.

KEYWORDS: Vote; Criminal conviction; Social invisibility; Citizenship; Constitutional interpretation.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A restrição de direitos políticos dos condenados criminais no Direito Constitucional brasileiro. 3. Breve panorama internacional sobre o direito ao voto pelos condenados criminais. 4. Principais discursos justificadores da restrição ao voto e a dimensão do problema no Brasil. 5. Reconhecimento e invisibilidade no pensamento